

Senado convoca equipe econômica

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Os partidos de oposição do Senado querem saber se o acordo para o pagamento de juros da dívida externa, fechado nesta semana entre o governo brasileiro e os bancos credores, levou em conta três questões básicas: a garantia de encaminhamento do acordo global para a dívida, o não comprometimento das reservas cambiais do País e o compromisso dos bancos credores quanto à reabertura de linhas de crédito e financiamento para o País. Para esclarecer isso, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) já anunciou que vai pedir à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a convocação do negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, da ministra Zélia Cardoso de Mello e do presidente do Banco Central, Ibrahim Eris.

Até o final da tarde de ontem, o Senado não havia recebido formalmente o acordo, assinado na segunda-feira. Como ele precisa ser formalizado através de uma mensagem presidencial, o líder do governo, senador Marco Maciel (PFL-PE), acredita que somente a partir de hoje a matéria deverá chegar ao Legislativo. Maciel espera que o acordo seja votado de forma prioritária e considera razoável um prazo de 10 dias para a apreciação do texto.

Segundo o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Raimundo Lyra, não há prazo constitucional ou regimental para a votação do projeto de resolução regulamentando o acordo para o pagamento de juros. Lida em plenário, a matéria seguirá para a comissão, que nomeará um relator. Sua tarefa será ver se o acordo preenche os requisitos pre-

vistos na Resolução 82 de 1990, que estabelece condições para a negociação da dívida externa. Votado na comissão, o projeto de resolução seguirá para o plenário, onde precisará dos votos da maioria dos senadores presentes à sessão, respeitando o quórum mínimo de 41 senadores.

INTERESSE

"A dívida externa é uma questão de interesse nacional. Não estamos aqui para atrapalhar uma boa negociação ou defender interesses meramente partidários", afirmou o líder do PSDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP). Ele considerou o acordo razoável e apontou como uma vantagem a possibilidade de o Brasil optar na questão relativa à cobrança de juros. Relator da Resolução 82 de 1990, Cardoso

quer saber se o desembolso que será feito neste ano pelo governo brasileiro se compatibiliza com a capacidade interna de pagamento. Ele defende também a convocação do embaixador Jório Dauster e da ministra Zélia, para saber se já há encaminhamento da negociação global.

Assim como Fernando Henrique Cardoso — que prevê um prazo de aproximadamente 30 dias para a votação da matéria —, o vice-líder do PMDB, senador José Fogaça (RS), disse que o seu partido não pretende "inviabilizar acordos e impedir o fluxo de capital externo para o Brasil". Ele, no entanto, quer avaliar se o pagamento de aproximadamente US\$ 2 bilhões, neste ano, não inviabiliza as reservas cambiais brasileiras — a

Resolução 82 de 1990 diz que o Brasil precisa manter reservas suficientes para manter, durante o período mínimo de quatro meses, a média das importações dos últimos 12 meses. Além disso, Fogaça acha necessário o compromisso dos credores, de injetar recurso no País.

ACORDO

O encaminhamento em torno do montante global da dívida, atrelado ao acordo fechado nesta semana, também é considerado essencial pelo líder do PT, senador Eduardo Suplicy. "E também sem que se tenha contrapartida, por parte dos credores, de injeção de recursos para o crescimento da Economia e Erradicação da pobreza, não teremos condições, no Senado, de aprovar esse acordo", avisou ele.